

# DISCURSOS DE VERDADE E BIOPOLÍTICA EM REDAÇÕES DE VESTIBULANDOS: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NEGRAS

DISCURSOS DE VERDAD Y BIOPOLÍTICA EN REDACCIONES DE CANDIDATOS: LA  
PRODUCCIÓN DE SUBJETIVIDADES NEGRAS

DISCOURSES AND TRUTH, AND BIOPOLITICS IN WRITINGS OF VESTIBULANDOS: THE  
PRODUCTION OF BLACK SUBJECTIVITIES

**Carmen Brunelli de Moura\***  
Universidade Potiguar

**Edgley Freire Tavares\*\***  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**Marluce Pereira da Silva\*\*\***  
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO: Neste artigo, objetiva-se entrever que discursos e regimes de verdade foram aceitos e valorizados em redações de vestibulandos de uma instituição federal de ensino superior, no ano de 2013, sobre a temática: *A participação do negro na atual sociedade brasileira*. Entre as regularidades discursivas presentes nas redações, os enunciados acerca das políticas públicas, configuradas como dispositivos biopolíticos, passam a constituir o *corpus*. Assume-se uma postura analítica fundamentada em uma teoria do discurso de inspiração foucaultiana, em teóricos do campo dos estudos da linguagem e em teorizações sociais referentes à história dos negros. Conclui-se que os discursos de verdade, que atravessam as redações, são produzidos pelo Estado e reproduzidos e valorizados pelos candidatos quando reforçam efeitos de sentido de positividade das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Discursividade. Biopolítica. Subjetividades negras.

---

\* Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora da Universidade Potiguar. E-mail: carmenbm2005@gmail.com.

\*\* Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Central. Membro do Grupo de Estudos do Discurso – GEDUERN/UERN. E-mail: edgleyfreire1981@gmail.com.

\*\*\* Doutora em Letras pela UNESP/ Araraquara. Professora do Mestrado Profissional em Letras PROFLETRAS/UFPB e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem PPGEL/UFRN. E-mail: marlucepereira@uol.com.br.

RESUMEN: En este artículo, se pretende entrever los discursos y regímenes de verdad que se aceptaron y valorizaron en redacciones de candidatos en las pruebas de acceso a una institución federal de enseñanza superior, en el año 2013, sobre la temática: *La participación del negro en la sociedad brasileña actual*. Entre las regularidades discursivas presentes en las redacciones, los enunciados acerca de las políticas públicas, configuradas como dispositivos biopolíticos, pasan a constituir el *corpus*. Se asume una postura analítica basada en una teoría del discurso de inspiración foucaultiana, en teóricos del campo de los estudios del lenguaje y en teorizaciones sociales referentes a la historia de los negros. Se concluye que los discursos de verdad, que traspasan las redacciones, son producidos por el Estado y reproducidos y valorizados por los candidatos cuando refuerzan efectos de sentido de positividad de las políticas públicas.

PALABRAS CLAVE: Discursividades. Biopolíticas. Subjetividades negras.

ABSTRACT: The purpose of this article is to understand which discourses and Regimes of Truth were accepted and valued in the texts from candidates for the admittance exam from a federal institution of higher education in 2013. The theme for the text was the participation of the Negro in the current Brazilian society. Among the discursive regularities from these writings, the enunciations on public policies configured as biopolitical devices composed, the analysis *corpus*. This study has an analytical position based on a Foucauldian-inspired discourse theory, theorists of the field of language studies, and social theorizations about the history of the black people. We concluded the discourses of truth that cross these compositions are produced by the State and reproduced and valued by the candidates when reinforcing the effects of a positive public policy.

KEY WORDS: Discursiveness. Biopolitics. Black subjectivities.

## 1 INTRODUÇÃO

*Preconceito racial permanece há gerações.  
A luta por um lugar digno na sociedade.  
Com paciência, a gente chega lá.*

As seqüências discursivas acima são alguns dos títulos propostos pelos candidatos do Processo Seletivo Seriado de uma instituição pública de ensino superior, ocorrido em 2013, acerca de um artigo de opinião solicitado a vestibulandos sobre a temática: *A participação do negro na atual sociedade brasileira*. Naquela ocasião, a proposta de redação<sup>1</sup> orientava a refletir, de forma comparativa, a condição do negro nos anos 30, do século XX, e na contemporaneidade, a partir de dois textos de apoio, a saber, um texto de José Lins do Rego, extraído de seu livro *Usina* e a reprodução de uma campanha publicitária da UNICEF (2010) veiculada em 2010 sobre a questão da igualdade racial.

Nestas epígrafes, evidenciam-se sentidos que apontam para a emergência de uma história de governo dos sujeitos negros, materializada nos itens lexicais “permanece”, “luta” e “paciência” que legitimam uma regularidade discursiva no modo como os candidatos atualizam nas suas escritas certos discursos em relação à condição histórica e ao lugar do negro na sociedade atual. De uma construção de indivíduo “coisificado”, inferiorizado nos anos 30, na qual as “[...] negras [eram] tratadas como cachorros [...]” (REGO, 2010, p.89), há uma busca e uma “luta” pacientes, materializadas nas políticas públicas e nas campanhas da UNICEF que passam a evidenciar sentidos de igualdade em meio às diferenças.

A leitura inicial das redações apontou uma série de regularidades discursivas nos modos como os candidatos exploraram a temática proposta no vestibular. De uma forma geral, a escrita dos candidatos pôde ser problematizada em sua correlação com tramas discursivas mais complexas e em referência a uma diversidade de mecanismos de governo e jogos de verdade nos quais sempre é possível “[...] descobrir alguma coisa diferente e de mudar mais ou menos tal e tal regra [...]” (FOUCAULT, 2004, p.283). Além disso, despertou-nos a atenção as conclusões registradas no relatório da comissão avaliadora das redações, para quem havia: *Um número*

---

<sup>1</sup> As redações não serão identificadas pelo número de inscrição do aluno por questões éticas. As redações serão nomeadas por letras maiúsculas. Quando o enunciado for da mesma redação será identificado por letra maiúscula e número.

*expressivo de textos que apresentavam afastamento em relação à delimitação temática, discorrendo sobre o racismo, o preconceito, a discriminação, o sistema de cotas, a participação do negro no âmbito internacional, sem fazer menção especificamente à participação do negro no contexto brasileiro.* Assim, diante desta conclusão da comissão, do relato de alguns dos docentes avaliadores e, sobretudo, do modo como a escrita dos alunos tematizava a constituição histórica dos negros no Brasil, propusemos a seguinte questão norteadora: Que práticas discursivas e regimes de verdade atravessam as redações na produção de efeitos de sentido sobre a atual condição do negro na sociedade brasileira?

Nesta escrita da análise, objetivamos entrever que discursos e regimes de verdade foram aceitos e valorizados pelos candidatos como premissas na construção de seus argumentos e de suas tematizações sobre a condição histórica do negro na sociedade brasileira. E isto, assumindo uma postura analítica fundamentada numa teoria do discurso de inspiração foucaultiana, em teóricos do campo dos estudos da linguagem e em teorizações sociais referentes à história dos negros, pressupostos estes que foram imprescindíveis no processo de seleção, organização e análise do *corpus*, constituído a partir das redações dos vestibulandos, disponibilizadas pela comissão do certame.

Para tanto, buscamos organizar o texto da seguinte forma. Na primeira seção, abordaremos a questão dos regimes de verdade que compõem as políticas públicas de cotas para negros. Na segunda, discorreremos acerca da intervenção da governamentalidade do Estado que não mais regulamenta as ações, mas garante, por meio das ações afirmativas, a disseminação das verdades, da biopolítica. As duas seções são atravessadas pela análise dos enunciados presentes nas redações dos candidatos. E, por fim, apresentamos ao leitor conclusões do nosso percurso analítico.

## 2 AS MATERIALIDADES DISCURSIVAS E OS REGIMES DE VERDADE

A problematização em torno dos modos de subjetivação numa perspectiva discursiva implica considerar a centralidade da linguagem em meio aos diversos regimes de verdade que se configuraram historicamente em nossa sociedade. Enquanto arranjo teórico-metodológico fundamental, concebemos as redações como enunciados em uma formação discursiva (FOUCAULT, 2007), ou seja, enquanto fragmentos de discurso numa rede de memória e de sentidos, enunciados que retomam, repetem ou deslocam verdades que estabelecem o que pode ser dito em um determinado campo discursivo e contexto histórico. A perspectiva de verdade será aqui tomada como orientação argumentativa, buscando efeitos de verdade enquanto efeitos de sentido, pressupondo que não exista uma verdade como essência e tomada como anterior às práticas discursivas que instituíram este ou aquele saber, valor ou estado de coisas aceito como verdade (FOUCAULT, 2007). Neste aspecto, sondamos os enunciados dos candidatos para buscar ali a relação de suas posturas enunciativas com uma série de já ditos que funcionam como vozes que atravessam o dizer e ressoam como verdades na escrita dos candidatos, configurando a constituição de uma ordem do saber sobre o passado e o presente da população negra brasileira, algo que constitui efeitos de sentido a partir da própria delimitação da proposta da redação.

É deste modo que os candidatos retomam saberes e correlações de força instituídos historicamente como verdades, entendidas aqui não como “[...] conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas como um “[...] conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2003, p.11). Por isso, as verdades são deste mundo e são produzidas por regimes que instituem uma discursividade, como numa das redações, cujo título “Negro também é ser humano” (redação H), aponta para uma supostamente necessária afirmação da condição humana do negro, regime de verdade que é recorrente em outros títulos e na própria argumentação de algumas redações, que traduzem as representações do negro desde o século XIX, período que coincide com o governo regencial no qual já era possível evidenciar *tecnologias de segurança* (FOUCAULT, 2008, p. 15) na construção da nacionalidade brasileira. Essas tecnologias movediças produziram historicamente verdades e buscaram naturalizar a ideia de uma “raça superior”, constituída pela inteligência e pela civilidade do branco, e também, pela inocência e pureza do índio.

Mas o que é esse regime de verdade que atravessa as redações escritas pelos candidatos? É um regime construído para colocar em funcionamento a sociedade, pois são produzidos historicamente nas relações sociais, como assevera Foucault (2003, p.12):

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Esse regime de verdade não se constitui naquilo que devemos aceitar ou descobrir como único, mas como um conjunto de procedimentos regulado para o funcionamento dos enunciados que está ligado a certas estratégias biopolíticas produzidas pelo Estado, o qual passa a apoiá-las e a reproduzi-las. Isso faz com que estas verdades promovam uma interpretação de como se constitui o lugar social do negro no Brasil, tendo como base um passado de segregação social como evidenciado na sequência discursiva na qual o candidato precisa reafirmar a condição humana do negro e, para isso, usa o modalizador "também", argumentando a favor da igualdade entre os sujeitos brancos, negros e índios. Em vista da constituição do sujeito negro a partir destes discursos segregadores (GUIMARÃES, 2004), que passam a instituir inúmeros processos objetivadores, torna-se relevante tentar compreender como estes regimes de verdade retornam na enunciabilidade dos candidatos aos cursos da UFPB.

Nas práticas discursivas do Processo Seletivo, evidenciam-se uma rede de tecnologias objetivadoras que vem se desenvolvendo desde o século XVII e que se tornam cada vez mais legitimadas como táticas de biopoder, como nos mostra Foucault (2003), forma de poder que institui formas de controle e regulação da população por meio de técnicas que tendem a evidenciar a divisão, a segregação e o afrontamento entre os sujeitos. As táticas de biopolítica produziram uma "invisibilidade" instituída em relação ao negro na sociedade, acontecimento atado a inúmeros saberes e correlações de força, uma vez que a "[...] 'verdade' é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem [...]" (FOUCAULT, 2003, p. 13).

Estas verdades, tão recorrentes no século XIX, ultrapassaram as fronteiras temporais e conseguiram se esgueirar furtivamente pelos séculos XX e XXI. Isso se deve ao fato de a produção de subjetividades negras ser construída a partir de estratégias do Estado, que programa e implementa verdades sobre a população negra com base em leis, incentivos e instituições que se materializam nas "senzalas", como evidenciado na materialidade de uma redação na qual o candidato afirma: "Mas isso não quer dizer que a escravidão acabou, que as senzalas não mais existem (sic) agora mudaram o jeito de oprimir." (redação A). Analisadas em seus efeitos de sentido, o trecho dessa redação possibilita-nos refletir que as senzalas de hoje devem ser compreendidas como "[...] espaço moderno em que [o Estado] opera a exclusão inclusiva da vida humana" (RUIZ, 2012, p. 16).

Essa exclusão inclusiva se materializa também na redação já mencionada que tem como título "Negro também é ser humano". No jogo argumentativo discursivo, notamos uma enunciação que opera como efeito de sentido a necessidade de uma reafirmação da condição humana do negro. E isto, sem dúvida, é um arranjo de saber-poder-subjetividade próprio de uma série de discursos e práticas que construíram historicamente a condição do povo negro no Brasil. Esta inclusão que faz ressoar práticas históricas de exclusão e segregação é demarcada linguisticamente com a expressão "também", servindo de indício de um posicionamento no qual o candidato tende a reproduzir o esquecimento da condição histórica de exclusão do negro, algo que pode ser interpretado como estratégia de uma governamentalidade neoliberal que não machuca, não mata, pois "[...] morrer não dói, o que dói é o esquecimento." (DI FELICE; MUÑOZ; 1998).

Mas, não é apenas esse passado de segregação que atravessa os títulos das redações. Há outros campos de força que não são criados pelo sujeito, mas que ele não pode controlá-los no interior de um regime de verdades. Se bem entendido, estamos propondo que este regime de verdade é o que possibilita a produção e a compreensão dos efeitos de sentido recorrentes nas redações que apontam para a exclusão do negro das práticas sociais e uma discursividade imperativa centrada no preconceito e na discriminação, como no título de outra redação: "Somos todos iguais", que reafirma um discurso da democracia racial (GUIMARÃES, 2004). No entanto, o item lexical "todos" desvela poderes sobre as subjetividades negras e evidencia sentidos de uma "[...] suspensão de direitos, pela negação da cidadania e dos direitos fundamentais da pessoa humana." (RUIZ, 2012, p. 38). É a "animalização do humano" (AGAMBEN, 2004) ou uma forma biopolítica de redução de alguns grupos a uma condição de "vida nua", na qual as linhas de fuga se tornam um tanto tênues, como nesta história contada por Fanon (2008, p. 103):

O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme, o preto treme porque sente frio, o menino treme porque tem medo do preto, o preto treme de frio, um frio que morde os ossos, o menino bonito treme porque pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe, o preto vai me comer!

A citação ilustra mais uma prática objetivadora presente nos processos de constituição subjetiva do negro, que traz à tona uma história de segregação consolidada e reafirmada em um “[...] conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 3). Ou seja, são os focos de biopoderes.

Em outra redação, o título “Superando barreiras” também serve de mote para a discussão acerca de como os candidatos ao vestibular da UFPB elaboram discursivamente nos títulos de seus textos modos de subjetivação do negro. Essa assimetria social recuperada na forma verbal “superando” evidencia o lugar ocupado pelo negro e uma história construída a partir de inúmeras barreiras, historicidade que aparece em outras redações como espécie de pré-construído ou memória discursiva para articular sentidos com este passado de adversidade histórica, efeito que passa pela afirmação das práticas de discriminação e preconceito e desliza para o sentido de transformação social. A escrita de alguns candidatos recorre a este jogo discursivo, muitas vezes, por meio de um argumento ilustrativo quando retoma certas figuras públicas como signos de uma superação. O recorte abaixo materializa esta regularidade discursiva do *corpus*,

Apesar dos preconceitos que ainda presenciamos, em pleno século XXI, também presenciamos muitos progressos, hoje em dia o Brasil tem um dos maiores lutadores do mundo, o seu nome é Anderson Silva, e um pequeno detalhe ele é negro. (redação B).

E alude também a outra dinâmica recorrente nas escritas dos candidatos: a pouca criticidade e reflexividade das suas disposições argumentativas. Na maioria dos casos, o que lemos nas redações é apenas a reprodução acrítica de certos discursos que cerceiam efeitos de sentido negativos, como no exemplo acima, no qual o candidato deixa interpretar que o fato de o lutador ser negro evidenciaria ainda mais seu lugar como grande atleta. Movimento enunciativo semelhante aparece nesta outra redação: “[...] hoje temos médicos negros, professores negros, até um presidente negro.” (redação C). O item lexical “até” funciona na discursividade como índice linguístico de uma gradação semântica na qual a ascensão de pessoas negras aparece como algo exótico, excêntrico, raro e inusitado. Nessa projeção, a ilustração do sucesso é sustentada pelo estigma da pele negra, um “pequeno detalhe”, como modaliza um dos trechos acima, uma ascensão que surpreende e se torna exótica, tornando muitas vezes caricaturada a imagem que se faz do sucesso das pessoas negras. Nestes termos, a enunciabilidade dos vestibulandos, ao optarem por tais argumentos de ilustração, não inverte os sentidos e nem as representações do estigma racial, e sim, os atualizam, como aspectos que definem e refratam a subjetividade e a sociabilidade dos negros.

Trazidas já algumas das regularidades surgidas na leitura do *corpus* discursivo, podemos agora precisar a importância teórica e metodológica desta noção para o percurso analítico do qual resultou este artigo. Na análise discursiva, as regularidades representam certas formas recorrentes, atravessadas por singularidades e diferenças, na forma como os candidatos atualizaram em suas escritas determinados discursos em relação à condição histórica e ao lugar do negro na sociedade atual. Tais regularidades foram assim sistematizadas: (I) As redações centravam-se na interpretação do lugar social do negro no Brasil de hoje a partir de uma memória discursiva em torno do passado de segregação social; (II) Uma discursividade centrada no preconceito e na discriminação como ainda categorias definidoras da sociabilidade e das identidades dos negros brasileiros na atualidade; (III) Uma discursividade relativa à ascensão social de sujeitos negros como algo exótico, excêntrico; (IV) A discursividade em torno das políticas públicas.

Enquanto princípio de organização e delimitação da análise, estas regularidades discursivas representaram na leitura do *corpus* aquilo que verificamos como sendo os discursos de verdade que mais definiram e embasaram a construção das opiniões e dos argumentos dos vestibulandos em torno da questão proposta na redação. Entre tais permanências e redefinições temáticas, a questão em torno das políticas públicas mostrou-se central na construção de argumentos que sugerem transformações ou melhorias na condição social do negro. Evidentemente, esta recorrência possibilitou algumas considerações sobre o jogo discursivo presente nas redações, revelando-se nisto, o modo como os candidatos pensam o lugar social e histórico do negro na sociedade brasileira

contemporânea. Em curtas palavras, a análise discursiva destas redações de vestibular apontou a correlação com regimes de verdade que ao longo da história remetem a uma memória em torno de certas relações de saber e poder que incidem até os dias de hoje no modo de governo dos negros no Brasil.

A regularidade discursiva no modo como os candidatos tematizam a atualidade das subjetividades e sociabilidades do negro no Brasil ajuda-nos a compreender como as políticas públicas passam a incorporar em suas práticas algumas tecnologias de governo que evidenciam efeitos de uma nova rede de governamentalidade que faz surgir uma relação um tanto diferente entre Estado e sociedade. É a biopolítica que se constitui tanto em uma modulação do poder como também aquilo que possibilita formas de resistência, invenção. Em termos foucaultianos, seria uma *atitude de modernidade* que compreende os processos de subjetivação e que se traduzem em um corte com a concepção de poder negativo. Na próxima parte do texto, circunscrevemos nossa análise à descrição e à interpretação do modo como esta regularidade discursiva em torno de políticas públicas produziu sentidos em torno do lugar social dos negros na sociedade e como, a partir dos indícios de sentido deixados pelas redações, podemos refletir acerca das estratégias do biopoder e seus impactos produzidos nos modos de subjetivação e na própria condição do negro no Brasil.

### 3 DISCURSO, GOVERNAMENTALIDADE E BIOPOLÍTICA

Assim como as sociedades já não são as mesmas, conseqüentemente, as formas de exercício do poder também sofreram alterações. Como afirma Foucault (2003), de uma sociedade soberana, com seus poderes centralizadores e assimétricos que confiscavam coisas, corpos e vida passamos para uma sociedade disciplinar, com seus poderes controladores sobre os corpos e, posteriormente, para uma sociedade de governo, na qual o poder aumenta a força do Estado e se espalha por múltiplas governamentalidades, materializadas, por exemplo, nas ações afirmativas, definidas pelo Ministro Joaquim Barbosa como

[...] um mecanismo sócio-jurídico destinado a viabilizar primordialmente a harmonia e a paz social, que são seriamente perturbadas quando um grupo social expressivo se vê à margem do processo produtivo e dos benefícios do progresso, bem como a robustecer do próprio desenvolvimento econômico do país, na medida em que a universalização do acesso à educação e ao mercado de trabalho tem como consequência inexorável o crescimento macroeconômico, a ampliação generalizada dos negócios, numa palavra, o crescimento do país como um todo. (GOMES, 2001, p. 132)

E este é o interesse do Estado que governa para mitigar as desigualdades sociais tendo como alvo as minorias ou como ironiza Fanon (2008, p. 46), o alvo seria o negro que “[...] não tem cultura, não tem civilização, nem ‘um longo passado histórico’”. Em outras palavras, “[...] vivemos na era da governamentalidade” (FOUCAULT, 2003, p.292) na qual o Estado engendra mecanismos biopolíticos nos quais vão se desenhando, neste caso, subjetividades negras que devem ser responsáveis pelos seus destinos.

Essa transformação se materializa nos discursos dos candidatos quando, ao lançarmos um olhar para as redações, evidencia-se por entre o viés da linguagem uma arte de governar localizada em um amplo campo discursivo com fins e técnicas singulares. Técnicas que passam a forjar os negros como certas subjetividades e passam a ser materializadas nas redações quando apontam que as ações afirmativas vêm mudando a realidade pois, “[...] as atuais políticas governamentais de inclusão social têm aberto espaços para os negros em diversos segmentos da sociedade” (redação D) e que, para mudar o quadro de segregação, “[...] as políticas públicas e institucionais são de extrema importância” (redação E).

Materializa-se nestes dois enunciados dos candidatos a ideia de que o poder do Estado se dissemina por múltiplos lugares, a partir, como pontua Castelo Branco (2014, p.5), de uma “[...] série de parceiros e instituições que compartilham, numa gigantesca rede, todo um domínio de poder e de intervenção social que vai das grandes instituições até os pequenos acontecimentos e relações interpessoais”. Os efeitos de uma positividade das políticas públicas apontada nas redações e sobre o modo de ser sujeito desses candidatos, levou-nos a problematizar esta governamentalidade biopolítica, uma vez que agia sobre os candidatos, controlava suas

subjetividades, comportamentos e discursos. Mas o que é governamentalidade biopolítica? Vamos, inicialmente, desmembrar estes dois conceitos para depois, demonstrar como eles se associam na contemporaneidade.

Tomando as palavras de Foucault (2008, p.144):

[...] por 'governamentalidade', entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de "governo" sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado] o desenvolvimento de toda uma série de saberes.

É em torno desse governo e produção de saberes que o Estado passa a gerenciar a vida da sociedade, a constituir tecnologias ou uma lógica biopolítica, em que diferentemente do biopoder e suas tecnologias de poder/saber, o interesse está na produção de subjetividades protagonistas de si mesmas. Dessa maneira, o surgimento de políticas públicas voltadas ao governo da população não é sem intenção. Instrumentos, táticas, técnicas permitem que a governamentalidade biopolítica seja colocada em funcionamento, de forma cada vez mais sutil e dissipada, mas que atue cada vez mais sobre os sujeitos, ou melhor, sobre a sociedade. Conforme Lopes (2011, p.9), as políticas públicas "[...] podem ser entendidas como manifestações/materialidades da governamentalidade ou da governamentalização do Estado moderno". Na contemporaneidade, mecanismos de poder do Estado deixam de subjetivar os sujeitos a partir da violência e passam a exercer mecanismos biopolíticos, administrando e otimizando as tecnologias de subjetivação.

Estas tecnologias surgem como parte de um emaranhado de mecanismos de regulação social do Estado quando institui um regime de verdades que envolve certo número de regras das quais se veem surgir práticas, entre as quais, uma que objetiva reparar erros e responsabilidades e ainda, definir tipos de subjetividades negras em meio a outras formas de ser, saber e estar. Ou como diz um candidato, "Em prol de uma sociedade de direitos iguais estão sendo criadas várias propostas governamentais para a melhoria e reconhecimento da população negra" (redação F).

Mas, este discurso reparador não é novidade. Sob a alegação inicial de combater a discriminação, as ações afirmativas foram implementadas nos Estados Unidos na década de 60. Mas, elas não foram suficientes para minimizar os danos causados pelas práticas segregacionistas. A mídia nos apresenta várias situações<sup>2</sup> que vêm de encontro a estas ações, pois se constituem apenas como uma reparação de um passado "branco" ou uma camuflagem de uma questão social que se arrasta há muito tempo.

No Brasil, a história parece se repetir. Aqui, nos anos 90, com vistas a práticas igualitárias, ações afirmativas são adotadas para a promoção da igualdade de grupos subjetivados por práticas discriminatórias pautadas na cor, nas escolhas religiosas, na sexualidade ou qualquer outra situação adversa. Essas "[...] medidas temporárias e especiais, tomadas ou determinadas pelo Estado, de forma compulsória ou espontânea [...]" (VILLAS-BÓAS, 2003, p. 29) têm como objetivo a exclusão das desigualdades construídas no decorrer de um passado segregador. No caso dos negros, "Antigamente ninguém aceitava os negros no meio da sociedade, só serviam para serem escravos" (redação G) como afirma este candidato, pois era um tempo em que havia "[...] a suspensão total ou parcial dos direitos sobre a vida de algumas pessoas" (RUIZ, 2012, p.14).

Mas, de acordo com os enunciados dos candidatos em suas redações, o "[...] Brasil é um dos países que mais vem buscando a igualdade social implantando leis" (redação I) e "[...] políticas públicas e iniciativas não-governamentais têm sido criadas para reverter esse quadro de exclusão da raça negra na sociedade, como por exemplo, o estabelecimento das cotas raciais [...]" (redação G1). E, em 2000, as universidades brasileiras criam as primeiras cotas para a inclusão do negro oriundo de escolas públicas. Esta "lei" constitui-se numa tática de governamentalidade biopolítica, uma vez que a preocupação do Estado não é apenas com o indivíduo, mas com os problemas que afetam a sociedade.

É a arte de governar do Estado que se constitui em ações afirmativas para atender às reivindicações de grupos desfavorecidos e que recebem um tratamento diferente de outros grupos considerados favorecidos social e culturalmente. A correlação entre as políticas

<sup>2</sup> Estamos nos referindo às práticas de discriminação e racismo.

públicas nacionais e a constituição social do negro na atual sociedade brasileira aparece, sem dúvidas, como a principal regularidade no *corpus* discursivo analisado. Do ponto de vista teórico aqui assumido, a política de cotas representa estratégias biopolíticas de inclusão do negro, oriundo de escolas públicas, nas universidades e, como afirma um candidato em sua redação,

[...] eu poderia dizer que a situação está melhor e melhorando. O governo tem investido na integração do negro na sociedade. Um dos principais exemplos, são as famosas cotas. Realmente ajuda para que eles possam ingressar em uma universidade, ter um futuro. (redação M)

Esta discursividade é própria das táticas da biopolítica e atravessa a escrita do aluno legitimando como efeito de verdade a ideia na qual é o Estado quem investe na integração do negro na sociedade. É proveitoso destacar como a série enunciativa de redações de vestibular, considerada como *corpus* analítico, é algo que atravessa e é atravessada por uma série de outras práticas, discursivas ou não, e faz refletir os efeitos e alcances de certas táticas de biopoder, posto que a preocupação estatal é a de tornar a vida dos sujeitos negros produtiva, pois a tática biopolítica não é de abandonar o que não é produtivo, mas tornar a todos úteis à realização de determinados fins que sejam convenientes e funcionais e “realmente ajuda [...] ter um futuro” como aponta o candidato. Mas, não é só isso. O mesmo candidato afirma que “O governo tem investido na integração do negro na sociedade” evidenciando uma política de condução das subjetividades. Estas subjetividades negras precisam passar a empresariar a si mesmas, ou seja, aos negros é dada oportunidade de inclusão pelo sistema de cotas e de direitos iguais. Resta a cada um aproveitar estes benefícios e saber gerir seu “futuro” ao “ingressar em uma universidade” a partir desta ação afirmativa.

O ministro da educação Aloisio Mercadante, na época da implantação e discussão da adoção das cotas pelas universidades, em 2013, afirmou que as cotas eram “[...] uma oportunidade única para o país”. É possível perceber neste enunciado a funcionalidade utilitarista alimentada pela lógica biopolítica, pela ideia do “Estado como regulador dos interesses, e não mais como princípio ao mesmo tempo transcendente e sintético da felicidade de cada um” (FOUCAULT, 2008, p. 466). Esta tática de governamentalidade biopolítica do Estado implica a produção de uma parceria entre os sujeitos e o jogo de verdades atraente e fascinante que vai sendo construído na sociedade como evidencia-se nesta redação quando o candidato aponta que as

Práticas governamentais ajudam de certo modo para que essas pessoas sintam-se acolhidas e protegidas. As cotas sociais para o ingresso nas universidades públicas mostram claramente uma dessas formas criadas em respeito ao sofrimento árduo e contínuo dessa população... (redação N)

A escrita do candidato é atravessada pelos efeitos do biopoder que reafirmam a fala do Ministro quando este diz que a política de cotas se constitui em uma “oportunidade única” para os negros. O Estado e as instituições modernas descobrem a relevância da vida dos sujeitos e o quanto os resultados deste cuidado são produtivos para todos e “para o país”, como afirma o Ministro, que parece resgatar a ideia de que a “[...] escravidão é a experiência biopolítica [...]” (RUIZ, 2012) cuja origem está no Estado e não em interesses pessoais.

Esses mecanismos de inclusão das subjetividades negras são inerentes aos tempos biopolíticos, uma vez que a “[...] biopolítica demarca e conjuga o papel que a vida humana vem adquirindo como ‘recurso’ útil na lógica do governo instrumental das populações.” (RUIZ, 2012, p. 41). Os modos de subjetivação do negro que vão sendo elaborados discursivamente nas redações da UFPB (2013) apontam para a positividade desta política de inclusão e para o jogo biopolítico de condução da conduta do negro, estratégia imperativa na governamentalidade neoliberal. Articulação esta que organiza sentidos nesta redação na qual o candidato, ao problematizar o “passado injusto” do negro, afirma que, atualmente, as

Políticas públicas e iniciativas não-governamentais têm sido criadas para reverter esse quadro de exclusão da raça negra na sociedade, como por exemplo o estabelecimento de cotas raciais em instituições públicas de ensino. (redação M).

A prática de governo que atravessa o enunciado do candidato quando afirma que as ações afirmativas “têm sido criadas para reverter” a exclusão vivida pelos negros e negras no passado faz ecoar um regime de verdades cuja autoridade, neste caso, o Estado, funciona como um guia. Este guia tem o poder de promover mudanças significativas nas subjetividades daqueles que são



beneficiados pelo sistema de cotas e por um regime de verdades necessário à manutenção do Estado que precisa “[...] extirpar as ameaças internas que desafiam seu crescimento ou até sua existência [...]” (RUIZ, 2012, p.42).

Em vista disso, o Estado, ao governar as subjetividades negras a partir das políticas públicas de cotas raciais, propõe a criação de poderes biopolíticos cujas técnicas de governo vão guiar, administrar, conduzir a conduta dos sujeitos, à luz de certos regimes de verdades. Regimes pautados em exceções que passam a se tornar regras quando atravessam os enunciados dos candidatos que reafirmam as ações positivas do Estado na manutenção de uma ordem discursiva possível de ser evidenciada na materialidade linguística desta redação quando o candidato toma as políticas governamentais como norte da subjetivação do negro:

[...] os programas que visam [sic] inserir os negros às universidades criando assim, direitos de igualdade a todos no que compete à área de conhecimento, como também, abrindo oportunidades de trabalhos qualificados. (redação D).

Esses “programas” a que se refere o candidato em seu enunciado apontam para as tecnologias de governo empreendidas pelo Estado a partir das políticas de cotas cujos discursos fazem ecoar um processo de subjetivação constituído “[...] de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens [...]”. (AGAMBEN, 2009, p.38). Neste caso, os discursos de “igualdade” e “oportunidade” desta política afirmativa de cotas raciais, que atravessam o enunciado do candidato, passam a evidenciar um jogo de verdades cujo objetivo é constituir as subjetividades negras a partir de um conjunto de “medidas compensatórias”. Isso se deve ao que vem sendo preconizado acerca da inserção de candidatos negros nas universidades que se constitui pela reparação de um passado extremamente branco ou pela inclusão social em vista de uma exclusão que ainda persiste na sociedade.

Em outras palavras, a Lei de cotas ajudaria “[...] a incluir o negro dentro de uma universidade dando-lhe mais oportunidades” (redação G). A pedra de toque desta política parece ter sido internalizada pelos candidatos, pois a “oportunidade” oferecida pelo Estado parece ser a única prática transformadora das subjetividades negras na sociedade. Os candidatos conseguem apreender de forma positiva este discurso das políticas públicas ao materializarem em seus textos a positividade ou domesticação das diferenças. Nas redações analisadas, não há questionamento às ações afirmativas e nem às práticas de governo que atravessam esta lei. Vejamos outras redações que valorizam e tornam recorrente esta temática de transformação das subjetividades negras a partir destas ações.

O investimento biopolítico do Estado é notado nas redações destes candidatos quando afirmam que “O governo como medida criou políticas para compensar esta situação como a lei das cotas que aumenta a chance do ingresso do negro na universidade.” (redação I) ou que “Existem políticas públicas para defender e melhorar as condições de vida” (redação J) do negro. Ou ainda, “As políticas públicas foi o mecanismo que o governo adotou, introduziu na contemporaneidade numa tentativa de corrigir todas as atrocidades geradas pelos brancos aos negros” (redação I). “Compensar, defender, melhorar, corrigir” evidenciam um jogo de verdades “[...] destinado a viabilizar primordialmente a harmonia e a paz social, que são seriamente perturbadas quando um grupo social expressivo se vê à margem do processo produtivo e dos benefícios do progresso” (GOMES, 2003, p.132).

Deste modo, ao retomarem a discursividade das políticas públicas em suas redações, os candidatos evidenciam uma outra arte de governar as subjetividades negras que se torna mais econômica e útil para o Estado. Isso se deve ao fato de que as tecnologias de segurança não são reguladoras, mas fluidas e que se insurgem em momentos críticos para a população. Por isso, o modo de conduzir as condutas não se dá com ações sobre os sujeitos, mas sobre suas ações, comportamentos, discursos, enfim sua subjetividade. Em outras palavras, governo não se refere apenas ao governo dos outros, mas também, ao governo de si ou à “[...] maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 243-244).

São estas “possibilidades” que atravessam as redações e passam a evidenciar sentidos da existência de uma condição favorável do negro na sociedade atual. Essa postura biopolítica é reafirmada por um jogo de verdades cujo alvo do governo é a população. Deste modo, novas práticas discursivas são instituídas em torno do nascimento de uma economia política e de novas tecnologias para a gestão dessa população, evidenciada no enunciado deste candidato:

Felizmente com o passar dos anos essa realidade está mudando, inúmeros são os projetos de inclusão social, fato este que está contribuindo para a melhora da qualidade de vida desses cidadãos. Entre os benefícios está a educação que é fundamental para um futuro melhor e a cada dia que passa os cidadãos negros estão buscando-a; essa busca pelo conhecimento está facilitando a integração dessa raça na sociedade brasileira. (redação L).

“Essa realidade está mudando”, “inúmeros são os projetos de inclusão”, “essa busca [...] está facilitando a integração desta raça”. Esta regularidade discursiva é encontrada em muitas redações que reafirmam a constituição da subjetividade negra em torno de uma prática biopolítica de governo, denominada por Foucault (2003) de governamentalidade. Evidencia-se no modalizador “felizmente” a negação de um passado ou a falta de criticidade sobre este passado para conferir sentidos ao presente. Enfim, os enunciados não cessam nem “[...] a integração dessa raça na sociedade brasileira [...]”, pois o jogo de interesses particulares, princípios e formas desta arte de governar das políticas públicas propostas pelo Estado também não para de se multiplicar e de criar novas estratégias de governo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, nosso objetivo foi descrever os discursos e regimes de verdade que atravessaram as redações dos candidatos ao vestibular sobre a temática: *A participação do negro na atual sociedade brasileira* e analisar o modo como tais regimes de verdade produziram a enunciabilidade, a interpretatividade, assim o posicionamento dos candidatos sobre as subjetividades negras na contemporaneidade. Na análise apresentada, foram observadas quatro regularidades discursivas e entre estas destacou-se uma centralidade em torno das políticas públicas de cotas raciais que garantem o acesso de negros às instituições de ensino superior e são reconhecidas para a correção de práticas de discriminação ao longo da história brasileira.

No entanto, na análise das redações, evidenciou-se que a história de lutas empreendida pelos negros, durante séculos, foi corrompida pelos discursos do Estado que reafirmam suas senzalas como campo de ações e governamentalidade. Os discursos e regimes de verdade, aceitos e valorizados pelos candidatos como premissas na construção de seus argumentos e de suas tematizações sobre a condição histórica do negro na sociedade brasileira, correlacionam-se aos discursos das políticas públicas cujos efeitos de sentido apontam que a política de cotas é utilizada como uma tática de governo, uma vez que produz um modo de agir, pensar e governar as subjetividades negras.

Evidenciamos, também, nesta análise, que os regimes de verdade em torno das políticas públicas são engendrados pelo Estado como estratégias biopolíticas para o governo dos negros. São as cotas raciais que passam, segundo as redações analisadas, a “reverter um quadro de exclusão da raça negra”, a “garantir o espaço do negro nas universidades” e a revelar com pesquisas que as “cotas estão dando certo”. Assim, a postura enunciativa dos candidatos é atravessada por já ditos que ressoam em suas redações e constituem uma maneira de ver o mundo. Os candidatos apenas apreendem os discursos das políticas públicas que formam os regimes de verdade. Em outras palavras, os discursos de verdade que atravessam as redações são produzidos pelo Estado e reproduzidos e valorizados pelos candidatos quando reforçam efeitos de sentido de positividade das políticas públicas.

#### REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo sacer*. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

BRANCO, G. C. Violência de Estado. *Revista Eopolítica*, São Paulo, n. 9, maio-ago, p. 2 - 12, 2014.

DI FELICE, M.; MUÑOZ, C. (Org.). *A Revolução invencível*: cartas e comunicados: Subcomandante Marcos e o Exército Zapatista de Libertação Nacional. São Paulo: Boitempo, 1998.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Edufba, 2008.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (Org.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-49.

\_\_\_\_\_. Verdade e poder. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. p. 1-14

\_\_\_\_\_. A governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. p. 277- 293.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: \_\_\_\_\_. *Ditos & escritos V: Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 258-280.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 38, n. 151, p. 129-152, jul./set. 2001.

GUIMARAES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012004000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001)>.

Acesso em: 03 set. 2016.

LOPES, M. C. Políticas de inclusão e governamentalidade. In: THOMA, A. da S.; HILLESHEIM, B. (Org.). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 7-15.

REGO, J. L. do. *Usina*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RUIZ, C. M. M. Bartolomé. A Sacralidade da vida na exceção soberana, a testemunha e sua linguagem: (re)leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben. *Cadernos IHU*, São Leopoldo, ano 10, n. 39, 2012.

\_\_\_\_\_. Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica. *Revista IHU On-Line*, São Leopoldo, n. 386, 2012.

Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4308&secao=386](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4308&secao=386)>.

Acesso em: 03 set. 2017.

UNICEF. Campanha Unicef por uma infância e adolescência sem racismo. 2010. Disponível em: <<http://www.arquidioceseolindarecife.org/2010/12/campanha-unicef-por-uma-infancia-e-adolescencia-sem-racismo>>. Acesso em: 10 maio 2016.

VILLAS-BÔAS, R. M. *Ações afirmativas e o princípio de igualdade*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

**Recebido em 08/09/2017. Aceito em 11/12/2017.**